



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A garantia do direito fundamental à saúde, consagrado no art. 196 da Constituição Federal, impõe ao Poder Público a responsabilidade indeclinável de formular e executar políticas públicas capazes de assegurar o acesso universal, igualitário e contínuo às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde. Trata-se de um direito social de elevada relevância, diretamente vinculado à dignidade da pessoa humana e à efetivação de outros direitos fundamentais, cuja concretização depende de uma estrutura organizada, eficiente e tecnicamente capaz de atender às demandas da população.

No âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, a rede pública de saúde é composta por duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), responsáveis pela atenção primária e porta de entrada do sistema, bem como pelo Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, que atua no atendimento de média complexidade, urgência e emergência, além de dar suporte à continuidade do cuidado. Essa estrutura, embora essencial para o atendimento da população local, depende diretamente da existência de suporte diagnóstico adequado para garantir a efetividade das ações de saúde desenvolvidas, especialmente no que se refere à tomada de decisões clínicas seguras e à condução apropriada dos tratamentos.

Nesse contexto, a organização e o funcionamento adequado da rede municipal de saúde exigem não apenas a oferta de atendimentos assistenciais, mas também a disponibilização de suporte diagnóstico qualificado, indispensável para a condução segura e eficaz das práticas clínicas.

As análises clínicas gerais inserem-se nesse cenário como componente essencial e estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS), não se configurando como atividade acessória, mas como instrumento estruturante para a efetividade das ações de saúde pública. Sua relevância está diretamente associada à concretização dos princípios da universalidade, integralidade e equidade, previstos na Lei nº 8.080/1990, uma vez que possibilitam o diagnóstico preciso, o acompanhamento da evolução de doenças, a avaliação da resposta terapêutica e o monitoramento contínuo das condições de saúde da população. Ademais, a adequada organização desses serviços deve observar os parâmetros de planejamento, eficiência e economicidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando que as ações administrativas estejam orientadas à obtenção do melhor resultado possível para o interesse público.

Sob a perspectiva do funcionamento do SUS, as análises clínicas desempenham papel fundamental na consolidação da atenção primária à saúde, ampliando a resolutividade das Unidades Básicas de Saúde e permitindo que grande parte das demandas seja solucionada no próprio território. Esse fortalecimento reduz a necessidade de encaminhamentos para níveis de maior complexidade, contribuindo para a organização da rede de atenção à saúde, para a racionalização dos fluxos assistenciais e para a utilização mais eficiente dos recursos públicos disponíveis. Além disso, tais serviços são essenciais para a garantia da continuidade do cuidado, especialmente no acompanhamento de pacientes com doenças crônicas, possibilitando o controle clínico adequado e a prevenção de complicações.

Importante destacar, ainda, o papel estratégico das análises clínicas no âmbito da vigilância em saúde, uma vez que permitem o monitoramento epidemiológico da população, a identificação precoce de agravos e a detecção de possíveis surtos ou alterações no perfil sanitário local. Essas informações são fundamentais para subsidiar a tomada de decisões pelos gestores públicos, orientando a implementação de ações preventivas, o direcionamento de políticas públicas e a alocação mais eficiente dos recursos, com base em evidências concretas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

A insuficiência ou descontinuidade na oferta de exames laboratoriais compromete significativamente a qualidade da assistência prestada, podendo resultar em atrasos diagnósticos, agravamento de quadros clínicos, aumento da demanda por atendimentos de urgência e emergência e elevação dos custos do sistema de saúde. Além disso, impacta negativamente a equidade no acesso aos serviços, sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade, que depende exclusivamente da rede pública para a realização de exames essenciais.

Por outro lado, a adequada disponibilização desses serviços gera impactos positivos amplos e estruturantes. Destaca-se, inicialmente, a melhoria significativa da qualidade do atendimento à população, com maior precisão diagnóstica e maior segurança nas decisões clínicas, resultando em tratamentos mais eficazes e redução de complicações. Observa-se, também, a redução de custos a médio e longo prazo, decorrente da identificação precoce de doenças e da adoção de intervenções menos complexas e menos onerosas, contribuindo para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Adicionalmente, há o fortalecimento da atenção primária e o aumento da resolutividade das unidades de saúde, o que reduz a sobrecarga dos serviços de média e alta complexidade e melhora a organização da rede assistencial. A ampliação do acesso aos exames laboratoriais promove maior equidade, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso aos serviços necessários para o cuidado de sua saúde, reduzindo desigualdades e promovendo justiça social.

Outro impacto relevante refere-se à melhoria da capacidade de planejamento e gestão das ações de saúde, uma vez que os dados laboratoriais permitem o conhecimento mais preciso do perfil epidemiológico da população, possibilitando a adoção de medidas mais assertivas e eficazes. Tal condição favorece respostas mais rápidas a situações de risco, aprimora a gestão dos serviços e fortalece as políticas públicas de saúde.

Por fim, evidencia-se que a adequada estruturação da oferta de análises clínicas no âmbito do SUS contribui diretamente para a concretização dos princípios da Administração Pública, especialmente os da eficiência, economicidade, legalidade e supremacia do interesse público, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma racional e em benefício direto da coletividade. Dessa forma, consolida-se como medida indispensável para o fortalecimento do sistema municipal de saúde e para a promoção da qualidade de vida da população de Abadia dos Dourados/MG.

Diante do exposto, evidencia-se que a disponibilização contínua e adequada de serviços laboratoriais em análises clínicas gerais constitui medida indispensável para o pleno funcionamento da rede municipal de saúde de Abadia dos Dourados/MG, considerando sua relevância para o diagnóstico preciso, acompanhamento terapêutico e prevenção de agravos à saúde da população. A existência de duas Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia reforça a necessidade de suporte diagnóstico eficiente, capaz de atender à demanda assistencial de forma integrada, oportuna e resolutiva.

A ausência ou insuficiência desses serviços comprometeria diretamente a qualidade da assistência prestada, impactando negativamente os indicadores de saúde, elevando custos decorrentes de atendimentos de maior complexidade e dificultando a efetivação dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde, especialmente a integralidade, a universalidade e a equidade.

Nesse contexto, a contratação pretendida revela-se plenamente justificada sob a ótica do interesse público, por se tratar de solução necessária, adequada e proporcional para garantir a continuidade dos serviços de saúde, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade de vida da população.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1 Habilitação**

A contratada deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- b) Comprovante de Inscrição do CNPJ;
- c) Prova de regularidade conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1. 751/2014;
- d) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Município;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- i) Alvará de Funcionamento vigente;

#### **3.1.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- i. Comprovação que o licitante possui cadastro ativo junto ao CNES – Cadastro Nacional de Saúde;
- ii. Alvará Sanitário, expedido pelo órgão competente, responsável pelo controle sanitário do local do posto de coleta dos exames, em vigor;
- iii. Comprovante de Registro válido do Responsável Técnico que realizará a coleta do material para a realização dos exames no respectivo Conselho Profissional;
- iv. A comprovação de que o responsável técnico pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- v. Documentos pessoais (RG e CPF) dos membros do quadro social da empresa;

Os documentos de habilitação deverão ser anexados na plataforma eletrônica em formato PDF.

Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento, resguardada



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

No contrato a ser gerado constará apenas os valores dos procedimentos, sendo que a distribuição dos serviços será realizada conforme a demanda do Município de Abadia dos Dourados-MG.

Serão exigidas, para fins de habilitação, as seguintes declarações:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Será verificado se o licitante possui cadastro junto ao CNES – Cadastro Nacional de Saúde.

- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## **3.2 Sustentabilidade**

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

## **3.3 Da participação de consórcios**

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

executar os serviços de forma independente.

### **3.4 Indicação de Marcas ou Modelos**

Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação.

### **3.5 Da Vedação de Utilização de Marca/Produto na Execução do Serviço**

Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

### **3.6 Da Exigência de Amostra**

Não será exigida a apresentação de amostra nessa contratação.

### **3.7 Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

### **3.8 Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **3.9 Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3.10 Vistoria**

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades relativas aos serviços laboratoriais em análises clínicas gerais foi elaborada com base no histórico de atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a demanda observada nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Hospital Municipal e nos demais serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no município. Todavia, em razão da natureza dos serviços de saúde, não é possível estabelecer previamente os quantitativos individualizados por tipo de exame, uma vez que a demanda é variável e diretamente condicionada às necessidades clínicas dos pacientes, aos perfis epidemiológicos e aos protocolos assistenciais adotados.

Dessa forma, optou-se pela estimativa exclusivamente do valor global da contratação, com base na média histórica de utilização dos serviços e nos valores constantes da Tabela SUS/DATASUS, sendo este o parâmetro mais adequado para o planejamento orçamentário. O levantamento foi realizado pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

Ressalta-se que:

- Os quantitativos individuais de exames não são previamente fixados, sendo definidos conforme a demanda assistencial;
- A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
- O pagamento será realizado com base na produção efetivamente executada, devidamente autorizada, registrada e faturada, em conformidade com os valores da Tabela SUS/DATASUS;
- O valor estimado possui caráter meramente referencial, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração;
- O modelo de credenciamento adotado garante flexibilidade para adequação da execução contratual conforme a necessidade real.

## **5– LEVANTAMENTO DE MERCADO**





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

O levantamento de mercado, realizado com vistas à identificação das soluções disponíveis para atendimento da necessidade pública relacionada à execução de exames laboratoriais em análises clínicas gerais, evidencia que tais serviços são amplamente ofertados por empresas especializadas, devidamente estruturadas técnica e operacionalmente para a realização de coleta, processamento e liberação de resultados, observando padrões de qualidade, normas sanitárias e exigências regulatórias aplicáveis ao setor.

No âmbito da Administração Pública, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), verifica-se que a execução indireta desses serviços, por meio da contratação de laboratórios especializados, constitui prática consolidada e amplamente adotada pelos entes federativos, em razão de sua eficiência, economicidade e capacidade de atendimento à demanda de forma contínua e qualificada. Ademais, a utilização da Tabela SUS/DATASUS (Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – DATASUS) como referência para remuneração dos serviços assegura padronização, previsibilidade de custos e compatibilidade com os valores praticados no âmbito do SUS, conferindo maior segurança jurídica e transparência à contratação.

No que se refere às alternativas possíveis para atendimento da necessidade identificada, destacam-se:

a) Execução direta pelo Município: Consistiria na implantação e manutenção de laboratório próprio para realização dos exames. Todavia, tal alternativa mostra-se, em regra, inviável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, uma vez que demandaria elevados investimentos iniciais em infraestrutura física, aquisição de equipamentos laboratoriais de alto custo, contratação e capacitação de profissionais especializados, além da necessidade de manutenção contínua, calibração de equipamentos, controle de qualidade e cumprimento rigoroso das normas sanitárias. Ademais, a escala de atendimento do Município não justifica, sob o ponto de vista da economicidade, a internalização integral desses serviços.

b) Parcerias com outros entes públicos (consórcios ou pactuações intermunicipais): Embora possam representar alternativa viável em determinados contextos, tais arranjos frequentemente apresentam limitações relacionadas à capacidade de atendimento, à logística de transporte de amostras, aos prazos para liberação de resultados e à dependência de terceiros, o que pode comprometer a agilidade e a continuidade da assistência à saúde, especialmente em situações de urgência.

c) Encaminhamento dos usuários para realização de exames em outros municípios: Essa alternativa, além de gerar custos indiretos com transporte e logística, impõe ônus aos usuários, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, comprometendo o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. Além disso, pode ocasionar atrasos na realização dos exames e na obtenção de resultados, prejudicando o diagnóstico e o tratamento oportuno.

d) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços laboratoriais: Esta alternativa apresenta-se como a mais adequada e viável, uma vez que permite ao Município contar com serviços tecnicamente qualificados, realizados por profissionais especializados, com utilização de equipamentos modernos e observância das normas sanitárias vigentes. A execução por terceiros possibilita maior flexibilidade operacional, atendimento contínuo da demanda, redução de custos com estrutura própria e garantia de qualidade nos serviços prestados.

Diante da análise das alternativas, verifica-se que a contratação de serviços laboratoriais em análises clínicas gerais, incluindo coleta, processamento e liberação de resultados dos exames previstos na Tabela SUS, configura-se como a solução mais eficiente, econômica e adequada para atendimento da necessidade pública identificada. Tal modelo permite a otimização dos recursos públicos, assegura maior agilidade na prestação dos serviços e contribui para a melhoria da qualidade do atendimento à população. Ressalta-se, ainda, que a remuneração dos serviços com base na Tabela SUS/DATASUS garante alinhamento com os parâmetros do Sistema Único de Saúde, evitando distorções de preços e assegurando a compatibilidade com os valores praticados nacionalmente. Esse critério confere maior previsibilidade



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

orçamentária, transparência na execução contratual e segurança para a Administração Pública quanto à adequação dos custos envolvidos.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, sendo a alternativa que melhor atende ao interesse público, à continuidade dos serviços de saúde e à eficiência na gestão dos recursos públicos, contribuindo diretamente para o fortalecimento da rede municipal de saúde de Abadia dos Dourados/MG. A seguir apresenta-se o mapa comparativo das alternativas de solução:

<b>Alternativa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens / Riscos</b>	<b>Viabilidade</b>
Execução direta pelo Município (laboratório próprio)	Implantação e operação de laboratório municipal para realização de exames clínicos	Autonomia total na execução dos serviços; controle direto da operação	Elevado custo inicial (estrutura, equipamentos e insumos); necessidade de equipe técnica especializada; custos permanentes de manutenção e calibração; exigências sanitárias rigorosas; baixa economicidade para o porte do Município	Baixa
Parcerias com outros entes públicos (consórcios/pactuações)	Utilização de serviços laboratoriais por meio de consórcios ou acordos intermunicipais	Possibilidade de redução de custos; compartilhamento de estrutura; integração regional	Dependência de terceiros; limitação de vagas; possíveis atrasos na liberação de resultados; dificuldades logísticas no transporte de amostras; menor controle sobre prazos e qualidade	Média
Encaminhamento para outros municípios	Usuários são direcionados para realização de exames fora do município	Dispensa investimento em estrutura própria	Custos indiretos com transporte; prejuízo ao acesso da população; demora no diagnóstico; aumento de absenteísmo; impacto negativo na equidade e continuidade do cuidado	Baixa
Contratação de empresa especializada (serviços laboratoriais)	Prestação de serviços de coleta, processamento e liberação de exames por laboratório contratado	Alta qualidade técnica; atendimento contínuo; agilidade nos resultados; redução de custos estruturais; cumprimento de normas sanitárias; maior eficiência operacional	Necessidade de gestão e fiscalização contratual; dependência do fornecedor quanto à execução	Alta

A análise comparativa demonstra que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços laboratoriais se apresenta como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional, destacando-se pela capacidade de atendimento contínuo, qualidade dos serviços, agilidade na entrega dos resultados e melhor relação custo-benefício.

As demais alternativas, embora possíveis, apresentam limitações relevantes, especialmente quanto à viabilidade econômica, eficiência operacional e garantia de acesso adequado à população, não se mostrando adequadas para atender plenamente às necessidades do Município.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

### **5.1 Análise de viabilidade do credenciamento frente às demais alternativas, ao pregão tradicional e ao pregão via SRP**

Diante da necessidade de assegurar a prestação de serviços laboratoriais em análises clínicas gerais de forma contínua, eficiente e com ampla cobertura à população, verifica-se que o modelo de credenciamento se apresenta como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e operacional. Tal modelo permite à Administração Pública selecionar múltiplos prestadores aptos a executar os serviços em condições previamente definidas e padronizadas, garantindo maior flexibilidade, ampliação da oferta e redução de riscos relacionados à descontinuidade dos atendimentos.

Nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento é cabível nas hipóteses de contratação paralela e não excludente, situação em que se mostra viável e vantajosa a contratação simultânea de diversos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos pela Administração. No caso em análise, tal enquadramento é plenamente aplicável, uma vez que os serviços laboratoriais podem ser prestados por múltiplos laboratórios, sem prejuízo da padronização da qualidade, dos preços e das condições de execução, especialmente considerando a utilização da Tabela SUS/DATASUS como referência remuneratória.

No que se refere à comparação com o pregão, inclusive na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), observa-se que, embora tais instrumentos sejam amplamente utilizados para aquisição de bens e serviços comuns, sua aplicação no contexto de serviços laboratoriais apresenta limitações relevantes. O pregão tradicional, assim como o pregão via SRP, tem como característica central a seleção de um fornecedor ou de um número restrito de fornecedores, mediante disputa baseada no critério de menor preço ou maior desconto, o que pode restringir a capacidade de atendimento da demanda municipal.

No caso do pregão via SRP, embora exista a vantagem da contratação sob demanda e a possibilidade de múltiplos fornecedores registrados, na prática a execução tende a se concentrar nos primeiros colocados da ata, podendo gerar dependência operacional e risco de descontinuidade caso haja falhas na prestação dos serviços. Além disso, o modelo de disputa por preço pode não refletir adequadamente as especificidades técnicas dos serviços laboratoriais, que exigem elevado padrão de qualidade, controle rigoroso de processos e confiabilidade dos resultados.

Outro ponto relevante é que, diferentemente do credenciamento, o SRP não permite o ingresso contínuo de novos prestadores durante a vigência da ata, o que limita a ampliação da capacidade de atendimento ao longo do tempo. Já no credenciamento, há flexibilidade para inclusão de novos interessados que atendam às condições estabelecidas, garantindo adaptação dinâmica às necessidades da Administração.

Adicionalmente, a utilização do pregão, seja na forma tradicional ou via SRP, pode gerar distorções decorrentes da competição por menor preço, o que, em determinadas situações, pode comprometer a qualidade dos serviços prestados, especialmente em áreas sensíveis como a saúde. No caso das análises clínicas, a qualidade dos exames está diretamente relacionada à confiabilidade dos diagnósticos, sendo imprescindível a observância rigorosa de padrões técnicos e sanitários.

Por outro lado, o credenciamento elimina tais limitações ao permitir a atuação simultânea de múltiplos prestadores, garantindo maior capacidade de atendimento, distribuição equilibrada da demanda e mitigação de riscos operacionais. Ademais, promove uma forma de competitividade indireta, na medida em que os prestadores buscam manter elevados padrões de qualidade e eficiência para assegurar sua permanência e utilização pela Administração.

Em comparação às demais alternativas analisadas, como a execução direta pelo Município, parcerias intermunicipais ou encaminhamento de pacientes para outros municípios, o credenciamento também se mostra superior. A execução direta demandaria elevados investimentos em infraestrutura, equipamentos e pessoal especializado, além de custos contínuos de manutenção e adequação às normas





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

sanitárias. Já as parcerias e encaminhamentos externos apresentam limitações relacionadas à logística, prazos de atendimento, dependência de terceiros e prejuízos ao acesso da população.

Outro aspecto relevante refere-se à previsibilidade e controle dos gastos públicos. A adoção da Tabela SUS/DATASUS como base de remuneração assegura uniformidade nos valores pagos, evitando distorções de preços e garantindo compatibilidade com os parâmetros do Sistema Único de Saúde. Essa padronização confere maior transparência, segurança jurídica e facilidade na gestão e fiscalização contratual.

Do ponto de vista operacional, o credenciamento possibilita maior flexibilidade administrativa, permitindo o credenciamento contínuo de novos prestadores ao longo da vigência, de acordo com a necessidade da Administração. Essa característica é especialmente relevante na área da saúde, onde a demanda é dinâmica e pode variar em função de fatores epidemiológicos e sazonais. Adicionalmente, o modelo amplia o acesso da população aos serviços, ao possibilitar a utilização de diferentes prestadores, inclusive com melhor distribuição geográfica, reduzindo deslocamentos e promovendo maior comodidade aos usuários. Tal aspecto reforça os princípios da universalidade e da equidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Dessa forma, conclui-se que o credenciamento eletrônico se configura como a alternativa mais viável e vantajosa para a Administração Pública, por garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços laboratoriais, além de proporcionar maior flexibilidade operacional, previsibilidade de custos e alinhamento com as diretrizes do SUS. Em comparação ao pregão, inclusive na forma de Sistema de Registro de Preços, e às demais alternativas, o credenciamento demonstra superioridade ao atender de maneira mais eficaz às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Abadia dos Dourados/MG, assegurando a adequada prestação dos serviços e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro comparativo a seguir:

<b>Critério</b>	<b>Credenciamento</b>	<b>Pregão</b>	<b>Pregão via SRP</b>
<b>Fundamentação legal</b>	Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021	Lei nº 14.133/2021	Lei nº 14.133/2021 (com SRP)
<b>Forma de contratação</b>	Paralela e não excludente (múltiplos credenciados)	Competitiva, com seleção de um ou poucos fornecedores	Competitiva, com registro de preços
<b>Número de prestadores</b>	Ilimitado (todos que atenderem aos requisitos)	Geralmente único ou limitado	Limitado aos registrados
<b>Ingresso de novos prestadores</b>	Permitido durante a vigência	Não permitido	Não permitido
<b>Critério de seleção</b>	Habilitação técnica e requisitos fixados	Menor preço/maior desconto	Menor preço/maior desconto
<b>Remuneração</b>	Valores padronizados (Tabela SUS/DATASUS)	Definida pela proposta vencedora	Definida na ata
<b>Flexibilidade operacional</b>	Alta	Baixa	Média
<b>Capacidade de atendimento</b>	Alta	Limitada	Limitada
<b>Risco de descontinuidade</b>	Baixo	Alto	Médio
<b>Qualidade dos serviços</b>	Prioriza qualificação técnica	Pode ser impactada pelo menor preço	Pode ser impactada pelo menor preço
<b>Adequação à saúde (SUS)</b>	Alta	Limitada	Moderada
<b>Previsibilidade de</b>	Alta	Variável	Média



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

custos			
<b>Gestão contratual</b>	Mais complexa (múltiplos prestadores)	Simple	Intermediária
<b>Acesso da população</b>	Ampliado	Restrito	Restrito
<b>Logística/deslocamento</b>	Reduzido	Pode aumentar	Pode aumentar

**Análise conclusiva da comparação:** A partir da análise realizada, verifica-se que o modelo de credenciamento apresenta maior aderência às necessidades da Administração Pública no contexto da saúde, destacando-se pela elevada flexibilidade operacional, capacidade ampliada de atendimento, possibilidade de credenciamento contínuo de novos prestadores e menor risco de descontinuidade dos serviços. Além disso, o credenciamento se mostra mais compatível com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente ao permitir a remuneração com base na Tabela SUS/DATASUS, garantindo padronização de valores, previsibilidade orçamentária e maior transparência na aplicação dos recursos públicos. Dessa forma, conclui-se que o credenciamento eletrônico se apresenta como a solução mais viável, eficiente e adequada para atendimento da demanda, por garantir continuidade, qualidade, ampliação do acesso aos serviços e melhor alinhamento com o interesse público, especialmente no âmbito da saúde.

## **6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na análise do histórico de utilização de serviços laboratoriais pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando os atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no Hospital Municipal e nos demais serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no município.

Para definição do valor estimado, adotou-se como referência a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – DATASUS, que estabelece os valores oficiais praticados no âmbito do SUS para exames laboratoriais, garantindo padronização, transparência e compatibilidade com os parâmetros nacionais.

Com base nesses critérios, estima-se que o valor anual da contratação seja de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O levantamento foi realizado pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal

Ressalta-se que o valor apresentado possui caráter estimativo, podendo variar conforme a demanda efetiva dos serviços, sendo o pagamento realizado exclusivamente com base na produção efetivamente executada, devidamente autorizada e faturada, em conformidade com a Tabela SUS/DATASUS.

## **7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO)**

A solução proposta consiste na formalização de credenciamento eletrônico de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços laboratoriais em análises clínicas gerais, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como contratação paralela e não excludente, em que múltiplos prestadores poderão ser habilitados para execução dos serviços em condições padronizadas.

A solução abrange, de forma integrada, todas as etapas necessárias à realização de exames laboratoriais previstos na Tabela SUS/DATASUS, compreendendo desde a coleta de material biológico até o processamento, análise e disponibilização dos resultados, garantindo suporte diagnóstico adequado às atividades desenvolvidas no âmbito da rede municipal de saúde, composta pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pelo Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia.

O modelo de credenciamento eletrônico possibilita a ampliação da oferta de serviços, maior capilaridade no atendimento e redução de riscos de descontinuidade, assegurando maior eficiência, acessibilidade e celeridade na prestação dos serviços à população. Ademais, permite à Administração ajustar continuamente a capacidade de atendimento, conforme a demanda, por meio da inclusão de novos prestadores durante a vigência do credenciamento.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução contempla as seguintes etapas:

a) Planejamento e autorização da demanda: A Secretaria Municipal de Saúde realizará o planejamento das necessidades com base no perfil epidemiológico da população e na demanda assistencial, promovendo a autorização dos exames conforme protocolos clínicos e fluxos estabelecidos.

b) Agendamento e coleta de material biológico: Os usuários serão encaminhados às unidades de coleta disponibilizadas pelos prestadores credenciados, localizadas no perímetro urbano de Abadia dos Dourados/MG, garantindo acessibilidade e comodidade. A coleta deverá ser realizada por profissionais qualificados, observando-se rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e de biossegurança aplicáveis.

c) Acondicionamento e transporte das amostras: As amostras coletadas deverão ser devidamente identificadas, acondicionadas e transportadas sob responsabilidade da empresa credenciada, sem custos adicionais para o Município, assegurando integridade, rastreabilidade e condições adequadas de conservação até o laboratório de processamento.

d) Processamento e análise laboratorial: Os exames serão realizados em laboratório próprio do credenciado, devidamente equipado e regularizado junto aos órgãos competentes, garantindo a utilização de metodologias validadas, controle de qualidade interno e externo, bem como o cumprimento das normas sanitárias vigentes.

e) Validação e liberação dos resultados: Os resultados dos exames deverão ser analisados e validados por profissionais legalmente habilitados, sendo posteriormente disponibilizados dentro dos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, assegurando confiabilidade, precisão e tempestividade das informações.

f) Entrega e disponibilização dos resultados: Os resultados deverão ser disponibilizados de forma física e/ou eletrônica, conforme definido pela Administração, garantindo acesso seguro aos usuários e aos profissionais de saúde, preservando a confidencialidade das informações e atendendo à legislação de proteção de dados.

g) Utilização clínica e acompanhamento: Os resultados subsidiarão a tomada de decisões clínicas pelos profissionais de saúde da rede municipal, permitindo diagnóstico precoce, acompanhamento terapêutico e monitoramento das condições de saúde dos pacientes.

h) Monitoramento, controle e avaliação dos serviços: A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de indicadores de desempenho, controle de prazos, qualidade dos exames, conformidade técnica e satisfação dos usuários, assegurando a melhoria contínua dos serviços prestados.

No âmbito das responsabilidades das empresas credenciadas, destacam-se:

- Disponibilizar infraestrutura adequada para coleta de material biológico no perímetro urbano do Município;
- Realizar o transporte das amostras com segurança, agilidade e sem custos adicionais para a Administração;
- Fornecer todos os insumos, equipamentos e recursos humanos necessários à execução dos serviços;
- Disponibilizar profissionais devidamente qualificados e habilitados;
- Executar os exames em conformidade com normas técnicas, sanitárias e de biossegurança;
- Garantir a qualidade, precisão e confiabilidade dos resultados;
- Cumprir os prazos estabelecidos para liberação dos exames;
- Assegurar a confidencialidade e a proteção dos dados dos pacientes;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

- Manter regularidade fiscal, trabalhista e sanitária durante toda a vigência do credenciamento.

## **7.1 Da Justificativa para Exigência de Postos de Coleta no Perímetro Urbano do Município**

Somente poderão ser credenciados prestadores que disponham de postos de coleta localizados no perímetro urbano do Município de Abadia dos Dourados/MG, considerando que a realização dos procedimentos previstos neste instrumento exige o deslocamento dos usuários até as unidades de atendimento das empresas credenciadas.

Tal exigência fundamenta-se no dever da Administração Pública de assegurar o acesso efetivo, equânime e contínuo aos serviços de saúde, nos termos dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a universalidade e a integralidade da assistência. Nesse sentido, a disponibilização de postos de coleta no próprio município visa garantir maior acessibilidade à população, reduzir barreiras geográficas e promover maior comodidade aos usuários, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade.

Ademais, a eventual prestação dos serviços em localidades externas ao município implicaria a necessidade de disponibilização de transporte público ou custeio de deslocamento dos pacientes, gerando custos adicionais à Administração, aumento da complexidade logística e risco de prejuízo à continuidade e à eficiência dos serviços prestados. Tal cenário contraria os princípios da economicidade e da eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal e reforçados pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a exigência de instalação de postos de coleta no perímetro urbano do Município revela-se medida necessária, adequada e proporcional para assegurar a viabilidade da execução contratual, a otimização dos recursos públicos e a garantia de acesso amplo e eficaz da população aos serviços laboratoriais.

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

A presente contratação será realizada por item, onde a divisão em itens permite que empresas com No caso em análise, o objeto consiste na prestação de serviços laboratoriais em análises clínicas gerais, incluindo coleta, processamento e liberação de resultados de exames previstos na Tabela SUS/DATASUS, caracterizando-se como um conjunto de atividades integradas e interdependentes, que demandam padronização de procedimentos, controle de qualidade e responsabilidade técnica unificada.

Sob o aspecto técnico, a fragmentação do objeto por tipo de exame ou por etapa do processo (coleta, transporte e análise) não se mostra recomendável, uma vez que poderia comprometer a rastreabilidade das amostras, aumentar os riscos de erros operacionais, dificultar o controle de qualidade e prejudicar a confiabilidade dos resultados laboratoriais. Além disso, a divisão excessiva poderia gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes prestadores, especialmente em casos de inconformidades ou necessidade de reanálise.

Sob o aspecto operacional, o parcelamento implicaria maior complexidade na gestão contratual, exigindo da Administração o acompanhamento simultâneo de múltiplos contratos distintos, com diferentes fluxos operacionais, prazos e responsabilidades, o que poderia comprometer a eficiência administrativa e elevar os custos indiretos de fiscalização e controle.

Entretanto, cumpre destacar que, embora o objeto não seja parcelado em lotes ou etapas distintas, o modelo de contratação adotado — credenciamento eletrônico — já promove, por sua natureza, a ampliação da competitividade e a participação de múltiplos prestadores, configurando uma forma de execução descentralizada e não excludente. Nesse sentido, diversos laboratórios poderão ser credenciados simultaneamente para a prestação integral dos serviços, assegurando maior capilaridade, flexibilidade e capacidade de atendimento.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto em termos de divisão técnica ou funcional mostra-se justificado, tendo em vista a necessidade de garantir a integração das etapas do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

serviço, a qualidade dos exames, a segurança dos procedimentos e a eficiência da gestão contratual. Ao mesmo tempo, o modelo de credenciamento adotado atende ao princípio da competitividade, permitindo a participação de múltiplos prestadores em condições isonômicas.

## **9- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A solução proposta visa promover maior **eficiência** na prestação dos serviços laboratoriais, com redução do tempo de atendimento, agilidade na realização dos exames e celeridade na entrega dos resultados, otimizando os fluxos da rede municipal de saúde.

Quanto à **eficácia**, busca-se assegurar diagnósticos mais precisos e oportunos, contribuindo para a melhoria do acompanhamento clínico, detecção precoce de doenças e maior resolutividade das ações de saúde, refletindo positivamente nos indicadores do município.

No aspecto da **economicidade**, pretende-se garantir o uso racional dos recursos públicos, evitando custos com estrutura própria e deslocamento de pacientes, além de assegurar previsibilidade de gastos por meio da utilização da Tabela SUS/DATASUS, promovendo equilíbrio financeiro e transparência na execução dos serviços.

De forma geral, espera-se a melhoria da qualidade do atendimento, ampliação do acesso aos serviços e fortalecimento da rede municipal de saúde.

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 10.892/2024 e nº 11.046/2025. A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado pela Portaria nº 01/2026, devendo estes providenciar as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizada a contratação mediante Inexigibilidade por meio de credenciamento eletrônico.

## **11 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não há previsão de impactos ambientais na contratação do objeto.

## **12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas ou interdependentes ao objeto em questão.

## **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

As informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar demonstram que a solução proposta é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e juridicamente fundamentada, revelando-se necessária para o adequado atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Abadia dos Dourados/MG.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais, por meio de inexigibilidade de licitação, mediante credenciamento eletrônico, nos termos da legislação vigente, em especial do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O modelo de credenciamento eletrônico mostra-se especialmente vantajoso, uma vez que permite a contratação simultânea de múltiplos prestadores, em condições padronizadas, ampliando a oferta de serviços e garantindo maior cobertura assistencial à população. Tal característica reduz riscos de descontinuidade, assegura maior flexibilidade operacional e fortalece a capacidade de atendimento da rede municipal de saúde.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Ademais, a solução proporciona maior agilidade na realização dos exames e na disponibilização dos resultados, contribuindo diretamente para diagnósticos mais precisos e tempestivos, o que impacta positivamente na tomada de decisões clínicas e na efetividade dos tratamentos. A descentralização da prestação dos serviços também favorece o acesso da população, reduzindo deslocamentos e promovendo maior comodidade aos usuários. Sob o aspecto econômico, a utilização da Tabela SUS/DATASUS como referência remuneratória assegura previsibilidade de custos, compatibilidade com os parâmetros do Sistema Único de Saúde e maior controle dos gastos públicos, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência.

Abadia dos Dourados, 24 de abril de 2026.

Elaborado por: \_\_\_\_\_

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula:1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Leonardo Martins Alves.

Secretário Municipal de Saúde.